



Relatório INSP-2019-0210 BI-2019-0240

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 10/12/2019

Hora: 15h20

Tipo: Plano Operacional (PO-2019-0002)

Inspetor responsável: Cláudia MFG. Rosa

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Outros técnicos de entidades oficiais:

Descrição da inspeção:

A inspeção teve como objetivo averiguar se o estabelecimento se encontra a cumprir as normas do Regime Jurídico da Taxa Ambiental pela Utilização de Sacos de Plástico Distribuídos ao Consumidor Final, aplicáveis aos estabelecimentos de comércio a retalho abrangidos.

Regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final:

- Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril;
- Portaria n.º 36/2015, de 31 de março, que estabelece as normas necessárias à execução do DLR n.º 10/2014/A;
- Despacho da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente n.º 2704/2015, de 14 de dezembro, que aprova os modelos de mensagens de sensibilização a inserir nos sacos de plástico.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Marília Andreia da Silva Teixeira

NIPC/NIF: 244693595

Sede/morada: Rua de São João, 23, R/C

Código Postal: 9500-107

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Hey Gata

Endereço: Rua de São João, 23, R/C

Código Postal: 9500-107

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel



2 – Situação observada

2.1 – Sacos distribuídos ao utilizador final no estabelecimento

| Sacos fornecidos | Características / Foto |
|--|------------------------|
| Outros sacos (não sujeitos a taxa ambiental) | Sacos de papel |

2.2 – Verificação dos requisitos do regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Justificação |
|--|--|---------------|----------------|
| a) Sobre cada saco de plástico distribuído ao consumidor final é cobrada uma taxa de 0,04 €. | n.º 1 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 2.º Port. 36/2015 | Não aplicável | Sacos de papel |
| b) A taxa cobrada ao consumidor final pela distribuição de saco de plástico é discriminada no recibo/fatura como “taxa sobre saco de plástico”. | n.º 2 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 3.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| c) Sobre a taxa cobrada não incide IVA. | n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| d) O (eventual) preço de venda do saco de plástico é discriminado na fatura em separado da ecotaxa. | n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| e) É proibida a inserção de publicidade em sacos de plástico leves, com exceção do logótipo ou denominação comercial ou social do estabelecimento que fornece o saco, em área não superior a 20 % da superfície total do saco. | Art.º 9.º DLR 10/2014/A; n.º 3 art.º 6.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| f) É obrigatória a inserção de mensagens de sensibilização em todos os sacos de plástico que contenham publicidade ou logótipo / denominação. | n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A | Não aplicável | |
| g) A mensagem de sensibilização corresponde a modelo constante do Despacho 2704/2015 ou outro aprovado pela Direção Regional do Ambiente. | n.º 1 art.º 10.º do DLR 10/2014/A; n.º 1 art.º 6.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| h) A área da mensagem de sensibilização não pode ser inferior a 20% da superfície total do saco ou à área ocupada pela inserção publicitária, se esta for superior a 20%. | n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A; n.º 4 art.º 6.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| i) Cumprimento do dever de colaboração, nomeadamente fornecendo toda a informação ou documentação solicitada. | Art. 8.º DLR 10/2014/A | Cumprido | |
| j) Submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de cada ano, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil anterior | Art. 4.º, art. 8.º, DLR 10/2014/A, n.º 1 art. 4.º Port. 36/2015 | Não aplicável | Sacos de papel |

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas irregularidades.



4 – Indicações e medidas adotadas

Arquivamento do processo inspetivo e comunicação à entidade inspecionada.

Horta, 17 de dezembro de 2019

A Inspetora Superior Principal

(Cláudia Maria Ferreira Garcia da Rosa)